

上訴案第 344/2023 號

日期：2024 年 1 月 25 日

主題： - 審查證據方面明顯錯誤的瑕疵
- 自由心證
- 誹謗罪
- 評論權

摘 要

1. 審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。
2. 在證據的審查方面，在刑事訴訟中奉行的是自由心證原則，法院應按照經驗法則及其自由心證來評價證據，除非法律另有規定，或者說，除非出現明顯的錯誤，否則，這種自由是不能被挑戰。
3. 對於上訴法院來說，要審理如題述的事實瑕疵的問題，唯有通過法院的這些分析以及對證據的衡量的具體說明發現其存在明顯到一般心智的人就可以發現的錯誤的時候才能確定這項事實認定方面的瑕疵。
4. 誹謗罪在客觀罪狀方面，包括將一侵犯名譽的事實歸責於他人、作出一個侵犯他人名譽的判斷，或傳述上述所歸責之事實或所作之判斷。

5. 評論權，在行使時會與名譽權的法益有潛在衝突情況。然而，根據主流見解，此等衝突在法律上可以是毫無意義的，祇要評論權在行使時並沒有逾越評論的範圍便可。
6. 行為人在對事情的評論中使用的明顯對他人的人格以及名譽的詆毀的言辭，如“存有勾當”、“包庇”、“你們之間的勾結”、“呃左個岳母成千萬”“霸埋人層樓”，是超越了一般的行使評論權的範圍。

裁判書製作人

蔡武彬

上訴案第 344/2023 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

輔助人控告嫌犯 A 以直接正犯、既遂及連續犯方式觸犯一項“誹謗罪”（《刑法典》第 174 條第 1 款及第 176 條），並提請初級法院以獨任庭普通訴訟程序對其進行審理。

民事請求人 B 針對 A 提起損害賠償請求，要求判處被請求人向其支付 50,000 澳門元作為非財產損害賠償。

初級法院刑事法庭的獨任庭在第 CR2-22-0328-PCS 號普通刑事案中，經過庭審，最後判決：

1. **刑事部份：**就嫌犯 A 被控訴以直接正犯、故意及既遂方式觸犯《刑法典》第 174 條第 1 款及第 176 條所規定及處罰的一項“誹謗罪”，判處七十五日罰金，每日罰金金額訂為 100 澳門元，合共為 7,500 澳門元（柒仟伍佰澳門元），倘不繳納罰金或不獲准以勞動代替，須監禁五十日。
2. **民事部份：**判處 A 向 B 支付 5,000 澳門元（伍仟澳門元）的賠償，並加上相關的遲延利息，此利息按終審法院第 69/2010 號統一司法見解所定的方法計算。

嫌犯 A 不服判決，向本院提起上訴。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. O Recorrente fora condenado por 1 crime de difamação previsto no nº 1) do art. 174º e 176º do Código Penal na pena de multa de 75 dias, sendo a multa diária de 100 patacas, no montante global de MOP\$7,500 (sete mil e quinhentas patacas).
2. O Recorrente imputa à decisão recorrida erro de direito integrado no fundamento indicado no nº 1) do artº. 400º. do C.P.Penal, vício que, no caso, se articula com o vício do erro notório na apreciação da prova previsto no art.º 400º, nº 2, alínea c) do diploma legal citado.
3. Na sequência da factualidade apurada, a Mm. Juíza ao dar como provado o facto 12 (你們公司要包庇蘇秘書到什麼時候？你們之間的勾結是不是要上廉政公署), entendeu que fora apenas baseado na opinião pessoal e na circunstância de não ter quaisquer fundamentos acusa a existência da relação do conluio entre o assistente e a empresa de gestão de condomínio, que as acusações do Arguido excedem o âmbito normal da discussão ou opinião da vida diária, violando a honra pessoal e o ora Recorrente nunca se dirigiu ao Instituto de Habitação e outros departamentos relevantes para reclamar ou pedir auxílio.
4. O Recorrente não pode concordar com o acima referido e entende que o Tribunal a quo incorreu do vício de erro notório na apreciação da prova.
5. O ora Recorrente explicou que as mensagens eram para pedido de esclarecimentos dos problemas que foram suscitadas na renovação das obras do parque de estacionamento, nomeadamente, a qualidade da intervenção do Assistente e na assinatura da prestação de serviços da empresa C Limpeza e Gestão Propriedades Lda., os montante das quotasções; alteração da forma do pagamento mensal do parque de estacionamento e entre outros.
6. Perante essas questões in casu, o Recorrente como membro da Administração tem o direito de ser esclarecido pelas questões que foram colocadas.
7. O Recorrente nunca recebeu qualquer resposta do Assistente sobre a qualidade da intervenção, a forma e o modo de participação do Assistente, bem como, as verbas dos montantes das obras em causa!
8. Quanto ao pagamento da renda mensal para a renda semestral do parque de estacionamento constam que o Assistente referiu que esta alteração fora a ideia da empresa da gestão de condomínio C Limpeza Lda. E a mesma empresa refere que apenas estava a cumprir ordens dos proprietários.
9. Nem o Assistente, nem a Empresa C Limpeza Lda. queria assumir a responsabilidade e que estavam a esconder a realidade.
10. Outra questão que se saliente é a seguinte: a mensagem do ora Recorrente tinha como alvo a empresa da gestão de condomínio C Limpeza e Gestão Propriedades Lda. e não o Assistente, isto é, o Recorrente está a referir que referida empresa estava a proteger o Assistente e não o contrário!
11. Nas fls. 81 dos autos, é notório que a referida mensagem “你們公司要包庇蘇秘書到什麼時候？(...)” descrita pelo ora Recorrente é dirigida aos sujeitos/funcionários da C Limpeza e Gestão Propriedades Lda. “@cindy, @candy, @ken”, isto é, o ora Recorrente está se a imputar que a empresa de gestão é que está-se a proteger o Assistente e não o contrário!
12. Pelo que, as pessoas que alegadamente poderão sentir-se ofendidos da sua honra e consideração será a C Limpeza e Gestão Propriedades Lda. e não o Assistente.

-
13. Nestes termos, o Assistente carece de legitimidade para acusar o Arguido pois a pessoa em causa é a C Limpeza e Gestão Propriedades Lda. caindo desde logo o requisito objectivo de “*Quem*” do crime de difamação.
 14. Os proprietários assumiram o cargo da Administração voluntariamente sem quaisquer experiências, sem quaisquer competências, desconheciam dos procedimentos que tinham de respeitar, depoimento do próprio Assistente!
 15. Um proprietário, isto é, um cidadão comum que está se a enfrentar uma série de questões não resolvidas acima referidas, sem procedimento nenhum e, ademais, estando em causa questões que envolvam dinheiro, é razoável e justificativo do ora Recorrente ter mencionado que pretende a intervenção do órgão público do Comissariado contra a Corrupção.
 16. Além disso, o Recorrente também chegou a mencionar anteriormente que pretende a intervenção do Comissariado contra a Corrupção para investigar as anomalias oriundas do contrato de construção que, na verdade, salvo o devido respeito, a Mma. Juíza não pronunciou sobre a sua ilegalidade, isto é, não padece de quaisquer problemas.
 17. Com base na relação existente e nas circunstâncias envolventes entre o Assistente, a empresa de gestão e o ora Recorrente, a forma e o contexto que as palavras foram produzidas enquadram-se dentro do âmbito da crítica objectiva.
 18. Perante uma série de quotações a ser ratificadas posteriormente, a qualidade como o Assistente interfere (alegando-se como secretário e recepcionista da aceitação dos documentos), o contacto próximo que tem com a empresa de gestão e na base de não havido qualquer resposta, a crítica objectiva não interfere ilegítimamente na sua liberdade de expressão.
 19. As mensagens eram imputáveis à empresa de gestão C Limpeza e Gestão Propriedades Lda. e não o Assistente, isto é, o Assistente carece de legitimidade de acusar o ora Recorrente.
 20. O Recorrente não tinha qualquer intenção de denegrir ou humilhar a imagem do Assistente ou que atinge um certo grau de gravidade que afecte o Assistente pois, perante uma série de falta de rigorosidade de procedimentos administrativos por parte do Assistente, quer por não cumprir/contornarem as disposições previstas da Lei 14/2017 “Regime jurídico da administração das partes comuns do edifício”, quer por não darem respostas às afirmações ou dúvidas do ora Recorrente ou respondiam “dano voltas” para não assumir a responsabilidade.
 21. É indubitável que a mensagem que o Recorrente proferiu tinha como intuito de realizar interesses legítimos para o bem de todos os proprietários da fracção 澳門 XX 街 XX 大廈 ou mesmo de provar a verdade da imputação ou, em boa-fé, de a reputar verdadeira para justificar os montante das quotações e de convidar o Comissariado contra a Corrupção para resolver as referidas questões.
 22. Pelo acima exposto, preenche, assim, os pressupostos do nº 2) do art. 174º do Código Penal, a conduta do ora Recorrente não será punível.

Pedido,

Termos em que, e contando com o indispensável suprimento desse Venerando Tribunal, deve ser dado provimento ao presente recurso, revogando-se a douda decisão recorrida, reconhecendo-se os vícios aqui apontados, e sendo o arguido absolvido da prática do crime difamação previsto no nº 1) do art. 174º e 176º do Código Penal.

檢察院對上訴人 A 所提出的上訴作出答覆：

1. 就《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項之瑕疵方面，上訴人認為第 12 點已證事實出現審查證據方面明顯的瑕疵，原因是該事實所指向的是涉案管理公司及相關人員，而非輔助人，並解釋了提出此等言論的原因，認為輔助人與有關言論無關，沒有正當性。
2. 雖然上訴人針對的是第 12 點已證事實，但同為涉案微信群組對話內容的第 11 點事實與第 12 點事實是有所關聯的。
3. 雖然上訴人所指責的直接指向人是涉案的“C”物業管理公司及相關人員，唯有關指責的內容，卻是該公司與輔助人（即蔡秘書）之間存有包庇的關係，意即表示輔助人受到該公司的包庇，更表示雙方存在勾結，程度達至需要廉政公署的介入，足以讓群內其他業主們獲悉事件與輔助人有關係。
4. 而結合第 11 點事實，上訴人已在該群組指責輔助人，並要求其回應上訴人的質疑，並表示會邀請廉署介入涉案工程，要求該署調查是否有違法行為，由此可見，上訴人並非單純指責管理公司，而是指責輔助人的同時，將涉案管理公司拉上關係，第 12 點則是進一步指責輔助人與涉案管理公司勾結，且表示輔助人受管理公司的包庇。
5. 因此，本院認為法庭認定在審查證據方面並沒有出現錯誤。
6. 就錯誤適用法律方面，上訴人認為其沒有侵犯輔助人名譽的意圖，且其作為業主擁有第 14/2017 號法律的利益及權利提出問題，而向廉政公署舉報則為著澄清事實，屬善意提出，符合《刑法典》第 174 條第 2 款不予處罰之規定。
7. 首先，根據《刑法典》第 174 條第 2 款之規定，必須同時出現 a)項及 b)項之情節，才適用不予處罰之規定。
8. 就第 174 條第 2 款 a)項之適用方面，本院不反對上訴人提出作為一個業主有權對管委會或負責處理大廈事務的人士作出質疑，但質疑的方式是否適當，本院認為，上訴人的指責已超出一般提出

疑問的方式。

9. 就第 174 條第 2 款 b) 項之適用方面，上訴人未能提出具體了解輔助人是否有不當勾結的證據，上訴人只是單純主張其未獲得輔助人的回覆，便發表了輔助人與管理公司存在需要廉政公署介入的勾結，實不符合“盡了了解義務”、“出於善意歸責”，故不符合第 174 條第 2 款 b) 項之規定。
10. 回看本案事實，上訴人在未有真憑實據下，單憑個人猜測便在大廈群組內作出了有關指控，要知道，“無私”是擔任無償的大廈管理工作的一個重要因素，大部份大廈管理工作，均由熱心住戶攜手處理大廈的大小事務，屬義務性質，而上訴人提出的達至需要廉政公署介入的勾結指控，在沒有證據的前提下，無疑侵犯了擔任大廈管理工作的輔助人的聲譽。
11. 因此，法庭認定上訴人僅憑個人臆斷，便在沒有具體依據下指責輔助人與物業管理公司存在勾結，並認為足以降低輔助人在大眾面前的名譽，從而構成《刑法典》第 174 條第 1 款配合第 176 條所規定及處罰的「誹謗罪」，本院認為在適用法律上沒有出現任何瑕疵。

綜上所述，檢察院認為上訴人的上訴理由及請求不成立，應予駁回，並維持被上訴的判決。(根據《刑事訴訟法典》第 410 條第 1 款之規定)

輔助人 B 對上訴人 A 所提出的上訴作出答覆 (其全文內容載於卷宗第 300 頁至 303 背頁)，輔助人完全認同有關原審法院所作之判決，認為應裁定其理由不成立，駁回上訴人之上訴並維持原審法院所作之判決。

駐本院助理檢察長提出法律意見書，認為應裁定上訴人 A 所提出的上訴理由全部不成立，維持原判。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助

審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 輔助人 B 的配偶 D 在 2018 年至 2019 年，擔任澳門 XX 街 XX 大廈分層建築物管理機關的主席一職，而嫌犯 A 是管委會的其中一名成員。
2. 二人同為微信群組名為“XX 街業主管委會群”(下稱：“管委會群組”)的群組成員，“管委會群組”是用於分層建築物管理機關成員討論有關大廈管理相關事宜。
3. 嫌犯所使用的微信賬戶的名稱為 E，微信 ID:XXXX。
4. 輔助人的微信用戶名為 F，微信 ID:XXXX，為嫌犯口中所稱的蔡生。
5. 於 2021 年 7 月 12 日，下午約 8:45 左右，嫌犯在“管委會群組”中質問輔助人有關管理停車場、維修保養工程的問題，其表示：“你要隻手遮天，都要搞得好好睇睇過得自己過得到人，甘就無人會有意見，但而家成個停車場搞到吾湯吾水，我就一定出聲”。
6. 輔助人就此沒有作出回應。隨後在 10:55 左右，嫌犯再次表示：“蔡生你本人作為委員會主席責無旁貸，既然所有外交事情都是你一手一腳領導及策劃，吾該你將所有有你本人參與之所有項目完善妥當，再說洗手不幹此番不負責任言詞。”。輔助人沒有作評價及回應。
7. 隨後，嫌犯在 2021 年 8 月 13 日大約 21:05，在群組中再次就停車場工程問題質疑輔助人：“@F 停車場工程問題，本來打算息事寧人，等公司埋尾就算，如果無人提我我都吾會再提！但早兩日我諗你應該都知道本人就住停車場工程問題被人插到屎忽開花，被人針住足足鬧左兩日。人地話我錢就識收，但係停車場搞到亂七八糟！我覺得好無辜同埋好氣憤！而家停車場工程搞到一半停晒工，人地影埋相擺上群鬧。停車場有問題，街坊只會覺得成

個管委會問題，吾會知道係你個人搞出的問題！所以本人為左捍衛自己聲譽一定要將事實講出嚟。你本人就話吾係媽閣住，我吾想朝見口晚見面 d 街坊被人指住鬧！我本人包括管委會成員都吾會因為你個人惹的蘇州屎受牽連。被人鬧左兩日，現在啖氣都未下！所以目前我要做的，就係好頭好尾，搞好個業主大會算數，下一屆我都吾想再參與，加上目前管委會已經解散，我認為無任何特別都無需再開會，如無任何特別事情，在群內討論足夠。”。

8. 大約在 21:49:37 嫌犯向輔助人表示要求其道歉及隱退下一屆管委會：“現在街坊心目中對管委會失曬信心，本人首當其衝成為了罪人！本人認為蔡生你有責任向管委會其他成員道歉同埋收拾返個爛攤子，下一屆管委會麻煩蔡生你自動隱退，我吾想在業主大會令大家吾高興。”
9. 在發表完上述言論後，有一名微信名稱為 G 的群組成員表示贊同。
10. 輔助人隨後對嫌犯的質疑作出簡單回覆。
11. 大約在 23:42 嫌犯回應道：“喔，既然蔡生作為當事人吾回應委員質疑，唯有邀請廉署介入理由為發現有工程合同涉發不當情事，順便查明一下有否涉及違法行為，反正查明有同無，對本人對委員會亦無害，反正有關部門到時會邀請蔡生你交代，謝謝。”。
12. 2021 年 8 月 17 日 10:38:25，嫌犯在“XX 街大廈業主群”中就大廈停車場的管理問題直指管理公司與輔助人之間存有勾當，針對輔助人及該大廈的管理公司(C 清潔物業管理有限公司)提出質問，其中包括“你們公司要包庇蔡秘書到什麼時候？你們之間的勾結是不是要上廉政公署。”。
13. 輔助人對此推測及指控感到困擾。
14. 嫌犯的行為對輔助人的個人聲譽造成影響，亦為法律所不容。
15. 在未能查明的日期的 12:02，嫌犯在“管委會群組”表示：“另外，現在有關工程合同很大機會涉嫌為一個無效合同，本人以委員身

份現通知了王席。@F”。

16. 嫌犯於 12:10 在群組中提示輔助人表示：“蔡主席，你讀法律應該好清楚，本人對於閣下所有質問及發言句句包含正式法律用詞，並不會你口中所謂小朋友玩既野。拉攏其他人去認同你而去孤立別人，才是小朋友玩既野，謝謝。”。
17. 嫌犯於 12:19 在群組中表示：“在法庭上，你不回應原告指控之事實後果係咩咩你好清楚不需多講。難道你會同法官講尼 d 都係小朋友玩既野，所以不作回應？真好笑，仲話自己讀法律。”。
18. 2021 年 8 月 14 日下午 1:23 之前，嫌犯在“管委會群組”中表示“我現在去 pj 備案你恐嚇，我現在好驚吾敢翻屋企。”。
19. 接著，嫌犯在下午 2:26 於群組中兩次向輔助人表示：“放心我已經報左 pj，你可以在大廈出現，這是你的權利。因為你已經對本人作出恐嚇行為，所以本人現在非常擔心見到你出現會嚴重影響到本人生活或再次受到驚恐”。
20. 嫌犯在下午 2:30 於群組中表示：“本人無辦法組織你過黎我屋企搞事或對本人作出任何不法行為，但澳門是法治社會，本人相信警方吾會容許不法之徒”，並附同報案證明。
21. 該檢舉已於 2022 年 2 月 23 日被持案之檢察官作出歸檔批示。
22. (不獲證實)
23. 2021 年 8 月 20 日上午 9:00，嫌犯在“管委會群組”中提示微信用戶“I”表示：“琴日經過停車場，有街坊講你住果棟有個做業委會既人，呃左個岳母成千萬，現在又霸埋人埋層樓，我心諗吾會係你掛。”
24. (不獲證實)
25. 輔助人看到嫌犯在“XX 街大廈業主群”中對其公開發出有關不實指控、詆毀及冒犯其本人的微信信息，感到震驚及情緒激動。
26. 上述由嫌犯發送的所有言論除輔助人及嫌犯本人，仍有“管委會

群組”中其他五位用戶所得悉，以及“XX 街大廈業主群”其中至少有三十名用戶所得悉。

27. 嫌犯作出的自訴書第 11 及 12 點事實，使輔助人的人名譽受到的質疑，使他人對輔助人的人形象產生不良的觀感，企圖醜化輔助人的人形象，侵害輔助人的人名譽。
28. 嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，在“XX 街大廈業主群”中發送微信文字訊息將不實的言論及評價歸責於輔助人；同時，嫌犯在明知其言論是不實、不見有充分跡象的情況下，仍故意在有關群組中發表針對輔助人的人不實言論及評價。
29. 嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。

另外亦證實下列事實：

- 嫌犯在澳門沒有犯罪紀錄，但有以下待決案件：
 - 1) 嫌犯於第 CR5-22-0334-PCS 號案內被起訴觸犯一項“侮辱罪”及一項“誹謗罪”，有關案件已指定於 2023 年 3 月 8 日進行審判。
嫌犯在庭審中聲稱具有大學畢業的學歷，為獄警，月入 39,000 澳門元，須供養父母、前妻及一名女兒。

未獲證明的事實：

- 與自訴書內已獲證明的部份不符又或屬於結論的事實，尤其是：
 22. 經嫌犯在群組中宣稱輔助人存有恐嚇他人的行為，更稱輔助人為「不法之徒」將導致輔助人的人格被質疑，被第三人認為輔助人是不法分子，存有暴力及傷害他人身體完整性或其他潛在可能性，嚴重影響輔助人在第三人眼中的觀感。
 24. 嫌犯上述言論是指輔助人騙取岳母錢財以及霸佔其所居住的單位，然而輔助人並沒有涉及任何詐騙岳母的行為，而單位屬於輔助人配偶的個人財產。
 25. 輔助人看到嫌犯在“管委會群組”中對其公開發出有關不實指控、詆毀及冒犯其本人的微信信息，深感震驚及情緒激動，並且多日

無法入睡，嚴重影響其身心健康。

三、法律方面

上訴人 A 在其上訴理由中，認為：

- 原審法院對第 12 點已證事實中的“你們公司要包庇蔡秘書到什麼時候？你們之間的勾結是不是要上廉政公署”的認定，認為其作為“XX 街業主管委會群”的群組成員，有權就其所提出的問題獲得到上述管委會的澄清；另外，上訴人 A 又認為該等事實所針對的是涉案清潔管理有限公司，而非輔助人，所以輔助人不具有對上訴人 A 提出控訴的正當性，從而指責被上訴裁決存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所指“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵。

- 上訴人沒有任何侵犯輔助人形象的意圖，面對輔助人不遵守第 14/2017 號法律《分層建築物共同部分的管理法律制度》的規定及不回覆上訴人 A 提出的言論或疑問，上訴人 A 認為其有關言論未達至對輔助人產生嚴重影響的程度；加上，上訴人又認為其言論是為實現正當利益而作出，且是出於善意，完全符合《刑法典》第 174 條第 2 款之規定，不應予以處罰。

我們看看。

（一）審查證據方面明顯錯誤的瑕疵

我們知道，在審查證據方面，《刑事訴訟法典》第 114 條規定：“評價證據係按經驗法則及有權限實體之自由心證為之，但法律另有規定者除外”，即法院在認定事實所運用的自由心證實不能質疑的，一方面法律賦予法官自由審理證據的權力，另一方面當然要求法官必須在經驗法則及邏輯標準的基礎上去自由評價證據，去分析、評價案中的所有證據材料，從而判斷哪些事實屬實、哪些不屬實。² 也就是說，法官形成心

² 中級法院 2014 年 3 月 27 日在第 355/2013 號上訴案件的裁判。

證的過程是其經驗法則及綜合分析對證據所作的邏輯分析過程，由於其被要求採用客觀的標準但仍然具有強烈的主觀性，因此，只要無明顯錯誤而違反經驗法則及邏輯標準，法官對認定或不認定事實的結論是不容推翻的。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。³

正如我們在 2014 年 6 月 19 日第 65/2012 號上訴案件中作出的裁判所理解的：“在證據的審查方面，在刑事訴訟中奉行的是自由心證原則，法院應按照經驗法則及其自由心證來評價證據，除非法律另有規定，或者說，除非出現明顯的錯誤，否則，這種自由是不能被挑戰。

對於上訴法院來說，要審理如題述的事實瑕疵的問題，唯有通過法院的這些分析以及對證據的衡量的具體說明發現其存在明顯到一般心智的人就可以發現的錯誤的時候才能確定這項事實認定方面的瑕疵。

從被上訴的合議庭裁判可見，原審法院在事實判斷方面，已經詳細地指出了形成心證的過程（參見卷宗第 254 頁至第 256 頁），尤其是對庭審所調查的證據的衡量，其所得出的對已證事實的認定並沒有出現明顯違反證據規則以及違反一般生活經驗法則之處。也就是說，對於上訴法院來說，原審法院的證據審理，並不存在明顯的認定錯誤。在本具體個案中，上訴人 A 此部份的上訴理由只是一味地質疑及不認同原審法院的認定，並認為原審法院應採信其事實版本，但其在上訴理由中的分析並不能說服我們，認同是一般人一看就會察覺的錯誤的存在，而更多的只

³ 終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中。

是上訴人 A 的個人意見和認定而已。

雖然單從第 12 點已證事實中的“你們公司要包庇蔡秘書到什麼時候？你們之間的勾結是不是要上廉政公署”所見，正如上訴人 A 所述般所指責的是涉案清潔管理有限公司。

然而，結合第 11 點已證事實中的“既然蔡生作為當事人吾回應委員質疑，唯有邀請廉署介入理由為發現有工程合同涉發不當情事，順便查明一下有否涉及違法行為...”，以及證人 H 的證言，各管委成員默認輔助人以秘書身份參加管委會工作，及部份街坊更在業主大會中就著工程進度質問輔助人，不難發現，上訴人 A 實質上所指責的是涉案清潔管理有限公司與輔助人間存在包庇及勾結，甚至已達至需要廉政公署介入的程度，可見，已足以讓“XX 街大廈業主群”的群組成員聯想到事件與輔助人有關。

事實上，被上訴的裁決是結合審判聽證中所審查的證據，包括聽取了輔助人及嫌犯的陳述，各名證人的證言，卷宗書證（尤其是卷宗第 38 頁至第 40 頁、第 79 頁及第 81 頁及第 132 頁至第 139 頁的微信對話截圖）以及其他證據後形成心證，我們完全可以在被上訴裁決的事實判斷中清楚看到原審法院在認定事實方面的思路及邏輯依據，顯然，並不存在原審法院在評價證據方面明顯違反一般經驗法則及常理，以致讓一般人一看就可以察覺。

明顯地，上訴人 A 只是在表示其不同意被上訴的裁決的心證而已，這正是法律所不容許的。

因此，我們認為，被上訴的判決並沒有沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項規定的“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵。

上訴人這部分的上訴理由不能成立。

（二）法律適用的錯誤的瑕疵

根據《刑法典》第 174 條的規定：

“第一百七十四條（誹謗）

一、向第三人將一事實歸責於他人，而該事實係侵犯他人名譽或別人對他人之觀感者，即使以懷疑方式作出該歸責，或向第三人作出侵犯他人名譽或別人對他人觀感之判斷者，又或傳述以上所歸責之事實或所作之判斷者，處最高六個月徒刑，或科最高二百四十日罰金。

二、如屬下列情況，該行為不予處罰：

a) 該歸責係為實現正當利益而作出；及

b) 行為人證明該歸責之事實為真實，或行為人有認真依據，其係出於善意認為該歸責之事實為真實者。

三、如該歸責之事實係關於私人生活或家庭生活之隱私者，上款之規定，不適用之。

四、如按該事件之情節，行為人係有義務了解所歸責之事實之真實性，而其不履行該義務者，則阻卻第二款 b 項所指之善意。”

誹謗罪在客觀罪狀方面，包括將一侵犯名譽的事實歸責於他人、作出一個侵犯他人名譽的判斷，或傳述上述所歸責之事實或所作之判斷。

在本案中，有關的事實存在於嫌犯向“XX 街大廈業主群”的討論區中發表的一系列訊息與群成員討論大廈停車場的管理問題，其中涉及行為人對該問題，甚至有關管理人員的行為的評論。

那麼，在此，有必要區分，嫌犯所發送的“貼文”的內容，是仍屬個人評論權的範圍，還是已超越評論權的範圍而達至侵犯他人名譽權的地步。

關於評論權的範圍，正如 Manuel da Costa Andrade⁴對評論權在此罪名中的作用的觀點所教導的，“評論權，在行使時會與名譽權的法益有潛在衝突情況。然而，根據主流見解，此等衝突在法律上可以是毫無意義的，祇要評論權在行使時並沒有逾越評論的範圍便可。

那麼何謂評論的範圍？

⁴ 參見葡萄牙最高司法法院於 2007 年 3 月 7 日在第 440/07-3^o 號上訴案中的判決。

答案是：凡是純粹就某人的作品、作業而作出的評論、而不是祇為羞辱或矮化作者或創作人的人身而作出的批評、或不是與正所評論的作品、作業並無任何關聯的批評，便不屬誹謗的範疇，而是仍屬評論的範圍。

凡屬上述評論範疇的評論，本身已不是違法行為，故無須引用任何阻卻不法性的事由去排除本並不存在的違法性。

而評論的不違法性並不取決於所作評論的實質準確性、恰當性或「真確性」，即使所作的評論的內容並非有理、並非貼切，祇要並無逾越上述評論的範圍，評論仍不屬違法。”

那麼，我們回到原審法院的有罪判決所依據的事實上。

被上訴的判決主要是根據第 12 點及第 23 點已證事實：即 2021 年 8 月 17 日 10:38:25，嫌犯在“XX 街大廈業主群”中就大廈停車場的管理問題直指管理公司與輔助人之間存有勾當，針對輔助人及該大廈的管理公司（C 清潔物業管理有限公司）提出質問，其中包括“你們公司要包庇蔡秘書到什麼時候？你們之間的勾結是不是要上廉政公署”，以及 2021 年 8 月 20 日上午 9:00，嫌犯在“管委會群組”中提示微信用戶“I”表示：“琴日經過停車場，有街坊講你住果棟有個做業委會既人，呢左個岳母成千萬，現在又霸埋人埋層樓，我心諗吾會係你掛。”

從這些言論中所使用的明顯對他人的人格以及名譽的詆毀的言辭，如“存有勾當”、“包庇”、“你們之間的勾結”、“呢左個岳母成千萬”“霸埋人層樓”，是超越了一般的對事的評論範圍。

因此，我們認為，被上訴裁判的定罪不存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定的法律適用錯誤的瑕疵，上訴人所提出的這部分的上訴理由也是不成立的。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由不成立，予以駁回。

判處上訴人繳付 6 個計算單位的司法費以及訴訟費用。

本判決確定後，知會懲教管理局。

澳門特別行政區，2024 年 1 月 25 日

蔡武彬

(裁判書製作人)

陳廣勝

(第一助審法官)

譚曉華

(第二助審法官)